

SEMINÁRIO SOBRE A EMANCIPAÇÃO DO ÍNDIO

DOCUMENTOS DOS PROFESSORES DE ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Os objetivos básicos do Seminário Sobre a Emancipação do Índio, promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo, através do Departamento de Ciências Sociais e da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, são os de denúncia e de sensibilização. De denúncia quanto à inoportunidade e à injustiça desta tentativa governamental e de sensibilização da população capixaba e nacional quanto aos problemas que afetam esta minoria populacional e cultural do país.

Para que se entenda os objetivos expostos fazem-se necessários alguns esclarecimentos. Desde o Governo Médici acentuou-se a idéia de que o índio é um "entrave ao progresso" e que portanto, ele deve ser "integrado" à sociedade nacional, isto é, deve deixar de ser índio. Basta uma rápida olhadela através da história para que possamos derrubar este argumento tendencioso. Na época do descobrimento do Brasil as populações indígenas nacionais somavam, dentre as diversas culturas, cerca de seis milhões de índios. Os brancos, mesmo em Portugal, não passavam de dois milhões (o que, então da população branca local?). Hoje, nós, os brancos, somamos mais de 110 milhões de brasileiros, enquanto os índios, que foram dizimados por nós através das práticas mais brutais, não ultrapassam, com muita boa vontade e usando dados da própria FUNAI, duzentos mil índios. Convenhamos, se na época do descobrimento, quando eles eram a maioria absoluta da população, eles não representaram de maneira alguma o tão decantado "entrave ao progresso" - quando eles poderiam ter se organizado (bons guerreiros que eram) e resistido aos invasores - por que hoje, quando representam um nada em nossa população, eles prejudicariam nosso "progresso"?

Muitos argumentos poderiam ser alinhados e alinhavados para justificar uma resposta afirmativa à pergunta acima. Nenhum deles, entretanto, se aproximaria da realidade. No entanto, é novamente o próprio governo, através do Ministério do Interior, que volta à carga, através do projeto de emancipação do Índio. Um projeto cuja única justificativa de existência, e é preciso que tenhamos a coragem e a franqueza de enfrentarmos esta realidade e de denunciá-la, é a de que o Índio, mesmo em sua insignificância numérica, representa um entrave, não ao progresso, mas aos interesses dos grandes proprietários de terras. Hoje, quando todas as áreas da economia nacional já foram franqueadas ao capital internacional, lança-se o governo a abrir às grandes companhias colonizadoras (nacionais e transnacionais) a exploração agrícola. A agricultura é meta prioritária do próximo governo, já o declarou nosso próximo presidente. Cabe, assim, retirar das mãos de uma população considerada improdutiva, a posse e a propriedade de terras que lhe são fundamentais e imprescindíveis à sua sobrevivência. Dessa forma, pelos mesmos motivos que hoje se expulsa o homem do campo de suas propriedades, transformando-os em bóias-frias e em marginais urbanos (em trabalhadores "livres" e não proprietários), pelo mesmo motivo, procura-se emancipar o Índio, "libertando-o" da tutela e da terra.

A questão do Índio é a questão da terra. Portanto, a questão da emancipação do Índio, que ora se coloca, é, ela também, a questão da terra. Que outros objetivos estariam por trás da propalada "libertação do indígena" que não os da "libertação da terra dos Índios"? Ou seja, os objetivos da apropriação dessas terras pelas grandes empresas?

É evidente que o Índio, enquanto portador de uma cultura e uma civilização próprias, não se encontra preparado para conviver e competir em nossa sociedade - de princípios e objetivos totalmente estranhos aos seus padrões. Assim, a tutela a que o Índio é submetido, apesar de suas deficiências e limitações, antes de representar um cerceamento e uma limitação à sua liberdade ou de se transformar em ato discriminatório, é um ato de humanismo e de reconhecimento do direito inalienável de existência e da sobrevivência de culturas, tradições, costumes, prá

ticas, crenças e princípios diferentes dos nossos. Só uma mente do quilate da de Rondon seria, como o foi, capaz de antever isso já em 1917. A fim de colocar o indígena à salvo da prepotência e do arbítrio de indivíduos e autoridades totalmente ignorantes quanto à cultura indígena, e portanto de protegê-los de agressões tanto físicas quanto culturais, é que a tutela sobre o indígena foi estabelecida. Uma tutela semelhante à oferecida ao meor de idade, aos inaptos e, até há pouco tempo, à mulher cadafa. Uma tutela que, se restringe direitos, também diminui deveres e impede punições. É na verdade, uma tutela que limita a atuação dos brancos e da sociedade branca sobre os índios. É uma tutela que impede, ainda que com falhas e limitações, a desagregação e a expropriação do índio, tão sistematicamente tentada em nossa história. Dessa forma, a tutela atualmente se apresenta como menos prejudicial ao índio, do que o tipo de emancipação que o governo propõe.

Hoje mais do que nunca, a cultura e a sobrevivência dos índios estão sendo colocadas em perigo em nosso país. E, mais uma vez, essa agressão é feita em nome do "progresso" e do "bem estar coletivo". E, ironicamente, em nome da liberdade do próprio índio. Mas que liberdade é essa que irá retirar dele um direito adquirido? Mas que liberdade é essa que irá retirar dele o direito à vida?

A questão do índio é a questão da terra, isto já foi dito. Mas é preciso reafirmar que o índio sem terra é um índio sem cultura. E um índio sem cultura não é nada. É da terra que o índio retira sua vida, seus alimentos e é dela e através dela que ele constrói sua cultura e sua sociedade. Garantir a tutela do índio é garantir sua terra. E, assim, garantir sua vida. Não é questão de sentimentalismo, de puro utpismo ou de romantismo. É uma questão de direito. Não é esmola ou dádiva. É justiça.

Garantir a terra ao índio, é reafirmarmos que reconhecemos a especificidade das culturas indígenas e o direito de suas existências, pela consciência de que só em sua própria sociedade, na manutenção de seus costumes, tradições, práticas e crenças, pode o indígena se expressar integralmente como gente. É reconhecermos que o indígena, portador de uma cultura e de um

mode de vida distintos dos nossos, não se encontra apto, nem muitas vezes, disposto ou desejoso de partilhar conosco de nossas neuroses financeiras e "civilizadas". Garantirmos a terra ao indígena é reconhecermos a ele o direito de ser gente em sua plenitude, na plenitude de sua cultura e de sua vontade.

Retirarmos a tutela do indígena é expo-lo às práticas e agressões de nossa sociedade, sem que, paralelamente a isso, o preparemos para enfrentá-las. O índio, enquanto índio, enquanto portador de uma cultura distinta da nossa, é um inapto para a sobrevivência dentro de nossa sociedade e cultura. Assim, se concordássemos com a emancipação do índio da forma como ela esta sendo proposta pelo governo, estaríamos ao ver desse mesmo governo, retirando mais um "entrave ao progresso", mas estaríamos, também, comprometendo toda a história vindoura. E a história é um JUIZ terrível em sua justiça. Ela cobra, e frequentemente cobra com juro, os erros cometidos. Que não tornemos responsáveis perante as gerações futuras e perante a história, dessa atrocidade que representa a emancipação do índio.

São estes, então os objetivos deste Seminário: de um lado a denúncia de mais um ato de injustiça, arbítrio e prepotência e, de outro, a sensibilização quanto à responsabilidade social e histórica. Pois que a questão do índio, na verdade, é a questão da sociedade nacional como um todo, onde o índio se coloca como parte integrante. O que existe são os reflexos de um modelo sócio-econômico e político em crise, onde o índio, o camponês, o bóia-fria, o operário e o cidadão urbano médio estão alijados das decisões e dos debates de suas próprias questões, restando-lhes, como opção oferecida, apenas a possibilidade de conformação e submissão. Hoje, no entanto, através deste seminário, estamos sendo chamados a nos posicionar sem vacilações e sem medo.

Vitória, 11 de dezembro de 1978.

SEMINÁRIO SOBRE A EMANCIPAÇÃO DO ÍNDIO

PROMOÇÃO:

- . UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
- . . Fundação Ceciliano Abel de Almeida
- . . Departamento de Ciências Sociais

PROGRAMAÇÃO

Tema : Direitos Humanos e a Emancipação do Índio
Palestrante : Dalmo Dallari (USP)
Data : 11.12.78
Horário : 20,00 horas
Local : Auditório do SENAI

Tema : Quem é o Índio?
Palestrantes: Carmen Junqueira (PUC-SP)
Manuela C. da Cunha (UNICAMP)
Data : 12.12.78
Horário : 09,00 horas
Local : Auditório do IC - III (Campus Universitário)

Tema : Proposta Governamental sobre a Emancipação do Índio
Palestrante : Getúlio de Barros Barreto (Procurador Geral da FUNAI)
Data : 12.12.78
Horário : 20,00 horas
Local : Auditório do SENAI

Temas : Problemática Indígena do Espírito Santo e o Índio e a Evangelização
Palestrantes: Celso Perota (UFES)
Pe. Antonio Iasi Junior (CIMI)
Data : 13.12.78
Horário : 09,00 horas
Local : Auditório do IC- - III

Tema : Reflexos econômicos e sociais da emancipação do Índio
Palestrante : Mercio Gomes Pereira (UNICAMP)
Data : 13.12.78
Horário : 20,00 horas
Local : Auditório do SENAI